

# Cresce o número de processos por racismo no Brasil

*(El País) Vítimas de racismo se encorajam a denunciar atitudes de discriminação. A última sentença condenou um supermercado a pagar 20.000 reais a um cliente que foi chamado de “negrinho ladrão”*

Cauã era apenas um bebê quando seu tio Robson deu uma passada no supermercado, na frente do seu trabalho, para aproveitar a oferta de um litro de leite longa vida a um real. Comprou duas caixas, ajeitou o avental da lanchonete onde trabalhava e atravessou a rua para voltar à cozinha. Mas os gritos que se ouviram às suas costas o detiveram. Entre a gritaria, três palavras se repetiram: “negrinho”, “ladrão” e “safado”.

Duas funcionárias seguraram Robson pelo braço e o acusaram de roubar o leite. Ele mostrou o comprovante de compra e elas se desculparam. Mas a supervisora do estabelecimento, uma loja da rede Walmart, em Carapicuíba, na Grande São Paulo, colocou a cereja do bolo nesse tumulto: “Desculpa, te confundimos com um outro negrinho ladrão”. Robson tremia no meio do estacionamento, quase às lágrimas.

Acostumado a ser seguido pelos corredores das lojas que frequenta, o jovem negro decidiu não apresentar boletim de ocorrência sobre o assunto. Mas, um veterano advogado da região que o conhecia de vista o convenceu a entrar na Justiça.

Passados cinco anos, quando Cauã já é capaz de segurar nos braços sua irmã mais nova - e com Robson, aos 26 anos, se acostumando ao apelido de “negrinho do leite”, dado pelos vizinhos -, um juiz condenou a multinacional americana a pagar 20.000 reais ao seu cliente. A sentença considera os danos morais sofridos pela atitude ilícita e discriminatória das funcionárias. Robson, segundo o Tribunal de Justiça de São Paulo, “sofreu humilhação pública” e foi “motivo de escárnio” pela cor da sua pele.

Com o dinheiro que reste depois de bancar as despesas do processo, Robson quer terminar de construir o barraco de tijolo que levantou no que era um

campo de futebol enlameado.

O caso do Walmart, que já tinha sido condenada em 2009 por um outro caso de racismo contra uma cliente negra acusada de ladra, foi o último a se tornar público. Mas, uma sequência de episódios parecidos marcaram os últimos meses, num país onde quase 51% da população se declara negra ou parda.

“Há uma crescente demanda de ações trabalhistas, embora ainda tímida, com pedidos de indenização por danos morais. Há trabalhadores demitidos ou que foram obrigados a se demitir diante do racismo no ambiente de trabalho”, diz Maria Aparecida Vargas, diretora de Secretaria da 64 Vara do Trabalho de São Paulo, que acompanhou o caso de Robson. “Algumas vezes os empregados sofrem apelidos pejorativos por parte de colegas ou do próprio superior, como também são preteridos nas promoções em detrimento de um colega não mais competente que ele, mas de cor branca”, completa.

Carmen Dora, presidente da Comissão Racial da Ordem de Advogados do Brasil em São Paulo, também acredita que as denúncias estão aumentando. “Tentamos fazer uma estatística porque recebemos muitas reclamações, mas não há dados oficiais e ainda não conseguimos concluí-la. Parece que é um assunto que não interessa. Todos, inclusive a imprensa, temos que ser mais incisivos para acabar com o falso discurso de que o Brasil não é um país racista”, disse.

Em fevereiro, a condenação de uma idosa a pagar 28.000 reais por chamar três clientes de um shopping de “negros imundos” e “macacos” marcou um precedente porque a juíza ordenou o ingresso imediato da réu à prisão. A legislação prevê punição severa contra este tipo de crime, qualificando-o como hediondo e inafiançável, e o agressor preso em flagrante não tem direito ao pagamento de fiança. Mas o fato da acusada ter 72 anos poderia ter atenuado a pena. O advogado da idosa finalmente conseguiu o habeas corpus para sua cliente, mas uma das vítimas, a corretora Karina Chiaretti, afirma que não vai parar até ver a [mulher atrás das grades](#). “Eu só acredito que este episódio vai servir para alguma coisa quando essa pessoa for presa. Enquanto não tiver ninguém que pare essas atitudes, elas vão continuar acontecendo”, disse Chiaretti.

A mesma perseverança demonstrou o casal branco, Priscila Celeste e Ronald Munk, ao denunciarem, no ano passado, o funcionário de uma concessionária da BMW no Rio de Janeiro, que mandou seu filho negro, de sete anos, sair da loja. O casal, para preservar ao menor, decidiu não apresentar boletim de ocorrência, mas sua história ganhou tal repercussão que a própria Secretaria do Estado de Assistência Social e Direitos Humanos levou o caso à Justiça. Perderam por falta de provas, mas o casal se tornou ativista pelo respeito à diversidade racial.

“Chega uma hora em que você não vai mais a um lugar porque as pessoas não param de olhar para seu filho, porque não pode deixá-lo sozinho, porque sabe que vai ser parado pensando que está roubando. Tem que ouvir no clube que ele não é sócio, senão filho de funcionário...”, explicou a mãe, em entrevista por telefone. O pequeno, adotado pela família de classe média alta, é, segundo a mãe, o único negro da escola, da piscina, do clube, das festas de aniversário... “Hoje sei que não ir à delegacia foi um erro. Eu que se não denunciar, estou protegendo o agressor. Mas, na época era ignorante, não conhecia a lei”, conta Celeste.

Para ela, como para os outros protagonistas de discriminação, “a coragem de contar vem da vontade de mudar as coisas” e porque a percepção de seu filho é muito maior do que eles pensavam. O pequeno, lembra a mãe, lhe disse um dia: “Mãe, eu queria tirar essa pele e colocar uma da cor de vocês”.

Esta semana em uma emotiva entrevista, o árbitro Márcio Chagas da Silva contou à TV que foi chamado de “macaco selvagem” durante uma partida entre Esportivo e Veranópolis, times do Rio do Grande do Sul. Ele encontrou a lataria do seu carro amassada e coberta de bananas quando foi buscá-lo no estacionamento. Era a segunda vez que o xingavam em um jogo por ser negro e, por segunda vez, o divulgou. “Tenho que mostrar a meu filho a importância que eu, como pai, tive ao denunciar uma prática que acontece seguidamente no Brasil”, disse Chagas da Silva, à Globo News. O procurador Alberto Franco levará o Esportivo ao Tribunal de Justiça Desportiva por discriminação racista.

## **Polícia despreparada**

Quando Robson estava mais calmo, depois de ser abordado no supermercado e acusado de ladrão, ligou para a polícia. “Demoraram mais de uma hora em chegar, quando a loja estava quase fechando”, explica Robson. “Ao invés de falar comigo, forma direto falar com a supervisora e depois pediram meu RG, mas para ver meus antecedentes!”, reclama.

As pessoas envolvidas nos processos contra racismo ouvidas por este jornal concordam com o despreparo da polícia na hora de lidar com uma ocorrência sobre a discriminação de um cidadão. “As autoridades policiais não estão devidamente qualificadas para receber este tipo de denúncia, o que já intimida o agredido a comparecer perante uma delegacia de polícia”, lamenta Maria Aparecida Vargas a Diretora de Secretaria da 64ª Vara do Trabalho de São Paulo, que levou o caso de Robson.

“Você vê que desde a polícia, passando pelo próprio negro agredido até o segurança estão despreparados. Um dos maiores Estados do país não está preparado para a questão racial”, critica Karina Chiaretti. “Ao chegar na delegacia me convidaram a ir embora porque a senhora já tinha quatro processos e não tinham dado em nada. O policial não sabe que isso é racismo. Eles não sabem lidar com a situação. O agente que tinha que levar a senhora para a delegacia acabou levando ela para casa”.

**Acesse o PDF:** [Os negros levantam a voz \(El País, 11/03/2014\)](#)

---

# **O progresso que revela o racismo, por Luiz Roberto Nascimento Silva**

**(O Globo)** *O preconceito racial brasileiro ficou adormecido por décadas enquanto o negro não competia economicamente com o branco*

Até pouco tempo se insistia que não existia preconceito racial no Brasil. Isso era sustentado por muita gente séria. Se é inquestionável que a colonização portuguesa permitiu a construção de uma nação plástica e que o negro no Brasil foi fundamental para nosso processo civilizatório, também é certo que essa percepção em relação ao preconceito mais cedo ou mais tarde se tornará visível.

Digo isso enquanto acompanho com enorme interesse o que vem acontecendo nos Estados Unidos nos últimos anos. Cada vez me convenço mais que o maior legado dos anos Obama não será na área econômica, o que já está claro, apesar da inegável recuperação do país, mas sim na revisão da imensa chaga da escravidão.

A vitória recente no Oscar de melhor filme de “12 anos de escravidão”, na linha sucessória de “Django livre”, de Tarantino, é uma afirmação bem clara do desejo dessa grande nação de rever seus próprios fantasmas, de se expor e analisar a si mesma. Fizeram isso com a Guerra do Vietnã. Fazem agora com a escravidão.

Parte da minha geração foi formada no fim dos anos 60 com uma visão maniqueísta na qual o gigante americano era o inimigo a ser combatido. O processo cultural se faria a partir da Europa, seja com a *nouvelle vague* ou com o existencialismo marxista. Do ponto de vista econômico, é evidente que o Brasil será sempre muito mais parecido com as economias europeias nas quais há um Estado forte, um modelo econômico dependente dele e o sistema de freios e contrapesos da sociedade é feito em torno dele. Não somos e não seremos nunca uma economia pura de mercado. A Europa tampouco. O que aconteceu com aquelas 13 colônias americanas no século XVII não é exportável.

Entretanto, do ponto de vista cultural e da própria formação social, temos muito mais a ver com os Estados Unidos do que com a Europa. Um país jovem, continental, com enorme população que necessita crescer e desenvolver seu mercado interno. Experimentamos agora no Brasil um momento semelhante ao que ocorreu nos Estados Unidos na década de 60. Criamos uma grande classe média que passou a ser a principal força econômica e social da mudança.

A escravidão explica a maior parte da nossa História. Todos os grandes autores que pensaram pela primeira vez livremente o país — Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Caio Prado Junior — foram unânimes em decifrar nossos enigmas a partir dessa realidade, dessa raiz. Não podemos esquecer que fomos das últimas nações a abolir a escravidão e um dos países nos quais ela mais perdurou. Em determinado período, a maior atividade econômica brasileira era o tráfico de escravos, superando a exploração do açúcar ou da pecuária. Tão dependente era nosso modelo da escravidão que o Império se desconstrói com seu término.

O preconceito racial brasileiro ficou adormecido por décadas enquanto o negro não competia economicamente com o branco. Algo tão profundo, recalcado, que não podia ser nomeado. Algumas profissões ligadas ao esporte e à cultura permitiam certa mobilidade social, ainda que com restrições. Isso felizmente tem se modificado. A melhora na distribuição de renda, a redução da mortalidade e o crescimento do mercado interno têm colaborado para a maior inclusão do negro em nossa sociedade. Estamos apenas começando. O racismo ainda velado oriundo da longa chaga da escravidão, nesse país de mulatos — que ainda recusa esse fato —, é o novo desafio na construção de nossa nação.

*\*Luiz Roberto Nascimento Silva é advogado e foi ministro da Cultura.*

**Acesse o PDF:** [O progresso que revela o racismo \(O Globo, 11/03/2014\)](#)

---

## **Mulher negra - uma luta que sustenta tantas outras**

**(Portal da Seppir)** No mês da mulher, motivado pelo Dia Internacional da Mulher, 8 de Março, uma reflexão sobre a presença da mulher negra na sociedade brasileira

Do início dos anos 1970 até o começo desta segunda década do século 21, muitos obstáculos têm sido transpostos no enfrentamento ao racismo. Ainda assim, as populações afrodescendentes continuam se deparando com fortes resistências em diferentes campos na luta pelos mais básicos direitos humanos. Para a mulher negra, submetida a mecanismos combinados de racismo e sexismo, os obstáculos se mostram ainda mais resistentes.

O momento exige passos mais consistentes no sentido da ampliação das ações de enfrentamento ao racismo e de promoção da igualdade racial, bem como na formulação e implementação de políticas que levem em conta as múltiplas discriminações que atingem as mulheres negras.

Assim como o conjunto da população negra, as mulheres que integram esse segmento não podem ser vistas como um “problema” para o desenvolvimento do país. São, sim, parte fundamental das soluções que estão sendo construídas e implementadas no âmbito governamental e na sociedade como um todo. Há que se reconhecer a permanente contribuição desse contingente de mulheres para o crescimento do país. Afinal, as mulheres negras sempre atuaram no mercado de trabalho, produzindo riquezas, colaborado historicamente com inúmeras conquistas sociais e políticas.

Em 2013, a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 66/2012, que amplia os direitos trabalhistas dos empregados domésticos, conhecida como PEC das Domésticas, foi motivo de comemoração entre as mulheres, sobretudo as negras, que representam o maior percentual da categoria.

O Brasil tem 7,2 milhões de empregados domésticos, sendo 6,7 milhões de mulheres e 504 mil homens. O país aparece como o que tem o maior contingente de trabalhadores domésticos do mundo em números absolutos, segundo estudo que envolveu 117 países e foi divulgado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Se há uma mulher na presidência do Brasil, em 2006 havia apenas uma mulher preta e duas pardas entre os 513 parlamentares com mandato eletivo, segundo o Relatório Anual das Desigualdades Raciais 2007-2008. No Senado, entre as dez mulheres eleitas, nenhuma era negra. Na área da saúde, os problemas que atingem as mulheres negras determinam iniquidades como a

morte materna, o aborto, a obesidade mórbida, a anemia falciforme.

Apesar dos inúmeros desafios, as mulheres negras têm contribuído na construção econômica, social e cultural do país, com participação decisiva nos movimentos sociais e em defesa de direitos para o conjunto da sociedade brasileira.

A demanda por uma ação governamental inclusiva, antirracista e anti-sexista, gerou em 2012, por parte SEPPIR, a formulação das Ações Integradas para as Mulheres Negras, que também refletem o estabelecido no Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010). Construídas em diálogo com a sociedade civil, as iniciativas envolvem três eixos: fortalecimento da organização; enfrentamento ao racismo e ao sexismo institucional; e cultura e comunicação para a igualdade.

Para a ministra Luiza Bairros (Igualdade Racial), são caminhos que visam à reversão da posição desvantajosa em que as mulheres negras se encontram. A chefe da SEPPIR afirma que apesar dos avanços da população negra e da alardeada inserção desse segmento na nova classe média, a mulher negra continua sendo a parcela da população em maior desvantagem social quando se fala em salários, postos de trabalho e outras variáveis. O que só poderá ser mudado, de acordo com ela, a partir do enfrentamento ao racismo e ao sexismo institucionais, inclusive com ações no próprio governo.

Foram estes os elementos determinantes para o lançamento do 'Prêmio Lélia Gonzalez - Protagonismo de Organizações de Mulheres Negras' pelas secretarias de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e de Políticas para as Mulheres (SPM), no ano passado. As inscrições vão até 26 deste mês de março e os projetos devem corresponder aos eixos: Protagonismo da organização; Enfrentamento ao racismo e ao sexismo institucional; e Cultura e Comunicação para a igualdade. As atividades propostas podem estar voltadas para a veiculação de conteúdo midiático; campanhas; eventos (cursos, seminários, oficinas, encontros ou similares); produção de publicações, registro e memória.

O Prêmio tem como objetivos promover o reconhecimento das mulheres negras como sujeitos de direitos e protagonistas de ações de enfrentamento



ao racismo e ao sexismo; a articulação entre ações destinadas às mulheres negras, em desenvolvimento na sociedade civil e no âmbito governamental; e a disseminação de experiências inovadoras realizadas por organizações de mulheres negras.

E nada mais oportuno, neste mês da mulher de 2014, do que homenagear Lélia Gonzalez (1935-1994), antropóloga e ativista afro-brasileira, referência dos movimentos feminista e de mulheres, responsável por um legado que é fonte permanente de inspiração para diversas ações de enfrentamento ao racismo e ao sexismo, bem como para iniciativas que visam ampliar a participação política das mulheres negras.

*Coordenação de Comunicação da SEPPIR*

**Acesse o PDF:** [Mulher negra - uma luta que sustenta tantas outras \(Portal da Seppir, 10/03/2014\)](#)

---

# **“É difícil ser negra neste país”, dispara desembargadora Luislinda Valois no Dia da Mulher**

*(R7) Luislinda se tornou a primeira mulher negra a exercer o cargo de magistrado*

Neste sábado (8) é comemorado o Dia Internacional da Mulher e o R7 escolheu duas mulheres fortes, guerreiras e vencedoras para homenagear todas as mulheres da Bahia: a vice-prefeita de Salvador, Célia Sacramento e a desembargadora Luislinda Valois.

A desembargadora Luislinda Valois se mostrou lutadora desde criança. Filha de motorneiro e de lavadeira, aos 9 anos, foi discriminada por um professor, que desprezou a simplicidade de seu material escolar. Ele afirmou que se ela não podia comprar o material adequado, não devia estar estudando e sim cozinhando feijoada para brancos. Naquele momento, ela decidiu que estudaria e voltaria para prender o professor racista.

Luislinda se tornou a primeira mulher negra a exercer o cargo de magistrado e a primeira a sentenciar tendo como base a Lei do Racismo no Brasil. Apesar de tudo isso, a desembargadora ainda sente o preconceito por ser mulher e negra.

—Nos Tribunais, os cargos de comando são ocupados por homens brancos e de famílias tradicionais e, eu sou negra, pobre, periférica, nordestina, e divorciada. Foi muito difícil pra mim.

O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) determinou que a juíza baiana Luislinda Valois fosse promovida ao cargo de desembargadora do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA). O CNJ utilizou como argumento principal o critério de antiguidade para a concessão da promoção. O relator do caso, Jorge Hélio Chaves de Oliveira, e todos os demais conselheiros decidiram de forma unânime em prol do requerimento.

— Para ser desembargadora eu tive que recorrer a um processo junto ao CNJ. É difícil ser negra neste país, a situação é muito difícil.

Luislinda Valois diz que para a mulher conquistar um espaço com visibilidade na sociedade precisa ousar e lutar pelos seus direitos.

No dia internacional da mulher, a juíza deixa uma mensagem para todas as mulheres do país.

— Procure crescer em todas as áreas, evolua, cuide dos seus filhos com todo vigor.

***[Acesse o PDF: “É difícil ser negra neste país”, dispara desembargadora Luislinda Valois no Dia da Mulher \(R7, 08/03/2014\)](#)***

---

# Propaganda da Riachuelo é exemplo de distanciamento publicitário captado em pesquisa

*(Agência Patrícia Galvão, 07/03/2014) Campanha polêmica da Riachuelo confirma resultados da pesquisa inédita realizada pelo Data Popular e Instituto Patrícia Galvão mostrou o conflito entre o que os espectadores veem e o que gostariam de ver nas publicidades exibidas na televisão*

Realizada pelo Data Popular e Instituto Patrícia Galvão em maio do ano passado, a pesquisa Representações das mulheres nas propagandas na TV revelou que 56% dos entrevistados, homens e mulheres, consideram que as propagandas na TV não mostram as brasileiras reais.

A invisibilidade da mulher negra também foi destacada no levantamento, que apurou que 80% dos entrevistados consideram que as propagandas televisivas mostram mais mulheres brancas, enquanto 51% gostariam de ver mais negras nos comerciais. A maioria dos entrevistados também gostaria de ver mais mulheres com cabelos crespos/cacheados na publicidade, mas 83% veem mais modelos com cabelos lisos.

Para a vice-diretora do Instituto Patrícia Galvão, Mara Vidal, a polêmica campanha em “homenagem” ao Dia Internacional da Mulher produzida pela Riachuelo - retirada do ar após uma onda de protestos de internautas - reforça os resultados da pesquisa. “É a reiteração da invisibilidade da mulher negra e do estereótipo de que o papel social dos negros é servir aos brancos”, afirma.

## **Sobre a pesquisa**

Encomendada ao Data Popular pelo Instituto Patrícia Galvão, a pesquisa entrevistou 1.501 homens e mulheres maiores de 18 anos, em 100 municípios

de todas as regiões do país, entre os dias 10 e 18 de maio de 2013.

[Acesse os dados relativos à representação da mulher negra na publicidade](#)

[Leia a análise de Mara Vidal sobre a pesquisa](#)

[Acesse o relatório na íntegra](#)

#### >> FONTES DE INFORMAÇÃO:

**Renato Meirelles** - diretor do Instituto Data Popular. Ascom Data Popular: (11) 3218.2222 / email: [datapopular@datapopular.com.br](mailto:datapopular@datapopular.com.br)

**Jacira Melo** - diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão. Tel.: (11) 3262.2452 / 3266.5434 / email: [jaciramelo@uol.com.br](mailto:jaciramelo@uol.com.br)

**Mara Vidal** - vice-diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão. Tel.: (11) 3262.2452 / 3266.5434 / email: [mara.vidal@gmail.com](mailto:mara.vidal@gmail.com)

---

## Casos recentes de racismo levam a defesa de lei mais severa para punir preconceito

*(Agência Câmara) Projeto que revoga a atual Lei Antirracismo para estabelecer regras mais duras está pronto para votação no Plenário da Câmara dos Deputados.*

Ator negro permanece preso por duas semanas no Rio de Janeiro após ser acusado erroneamente de roubo. Manicure negra em Brasília é ofendida por cliente que se recusa a ser atendida por ela. Cobradora de ônibus negra é xingada na capital federal. São casos recentes de racismo que viraram manchete e reacenderam a discussão sobre a legislação brasileira a respeito

do tema.

Há 25 anos, o País definiu o crime de racismo, indicado na Constituição, como inafiançável e imprescritível (Lei 7.716/89). Ao longo dos anos, a norma passou por modificações, ampliando as possibilidades de enquadramento na prática criminosa, caracterizada, por exemplo, pelo impedimento de acesso de alguém a algum serviço ou estabelecimento ou, ainda, pela incitação à discriminação por raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Na Câmara dos Deputados, está pronta para votação em Plenário proposta que pretende instituir uma nova lei contra o racismo e outros casos de preconceito, mais severa (PL 6418/05 e apensados). Pelo relatório do deputado Henrique Afonso (PV-AC) aprovado em dezembro de 2013 pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, ficaria revogado também artigo do Código Penal sobre injúria racial, cuja prática, diferentemente do crime de racismo, não é inafiançável e imprescritível.

A ideia é que tanto a injúria quanto a apologia ao racismo passem a ser enquadradas como discriminação resultante de preconceito de raça, cor, religião, sexo, aparência, condição social, descendência, origem nacional ou étnica, idade ou condição de pessoa com deficiência. A pena é de reclusão de um a três anos, passível de acréscimo de um terço.

Para Henrique Afonso, a lei atual não atingiu a eficácia esperada. Opinião compartilhada pelo presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Wadih Damous. “A lei atual foi uma grande conquista na época em que foi editada. Pela primeira vez, aprovou-se uma lei que reprovava a prática de atos racistas. Infelizmente, as manifestações de racismo - inclusive manifestações acirradas - recrudesceram ao longo desses anos ao invés de diminuir. De forma que a constatação é de que a lei não atende mais aos reclamos de uma reprimenda mais forte a manifestações racistas”, ressalta.

### **Postura firme**

O coordenador da Frente Parlamentar Mista pela Igualdade Racial e em Defesa dos Quilombolas, deputado Luiz Alberto (PT-BA), não vê, contudo, necessidade de mudança da lei, mas, sim, de postura nas instituições

brasileiras. “Esse conjunto de eventos que vem ocorrendo no Brasil demonstra que a legislação só precisa ser aplicada conforme foi aprovada. Por exemplo: para um preso em flagrante delito por crime de racismo, não cabe fiança. É imprescritível. É inafiançável. Mas o juiz trata de outra maneira, concede fiança, abre outro tipo de ação penal. Portanto, destoa do objetivo da legislação atual.”

Luiz Alberto argumenta que o sistema racial brasileiro é de tal forma complexo que o próprio Estado, muitas vezes, estimula práticas racistas, ao invés de coibi-las.

Íntegra da proposta: [PL-6418/2005](#)

Acesse em pdf: [Casos recentes de racismo levam a defesa de lei mais severa para punir preconceito \(Agência Câmara - 28/02/2014\)](#)

---

## **27/02/2014 - Ministério Público quer tirar do Google 17 vídeos por ofender religiões de matriz africana**

*(O Globo) Para órgão federal, conteúdos discriminam crenças que têm origem africana*

Diante do que considera mensagens que promovem discriminação e intolerância em relação a religiões de origem africana, o Ministério Público Federal enviou recomendação ao Google do Brasil para que retire do ar, no prazo de dez dias, 17 vídeos do YouTube. Para o MPF, o material traz “indissociável ligação do mal, do demônio com as manifestações religiosas de matriz africana. Os conteúdos disseminados na rede têm o inegável propósito

de ofender, atacar e discriminar essas religiões”. Os vídeos, que ontem ainda estavam no ar, exibem pastores e fiéis de crença evangélica diante de testemunhos de “ex-macumbeiros”, “ex-mães de santo” e “ex-pais de santo”.

Há títulos como “Bispo Macedo entrevista o ex-pai de santo que o desafiou”, “Jovem ex-pai de santo manifesta um demônio na hora da reconciliação” e “Pomba gira rainha e Oxóssi Mutalambô na Igreja Universal”.

Caso o site não respeite a recomendação, o MPF poderá entrar com uma ação na Justiça, com pedido de liminar, para obrigar o Google a retirar os vídeos do ar. Procurado pelo GLOBO, o Google do Brasil informou já ter conhecimento da recomendação, mas que não se manifestaria sobre o caso.

A investigação ficou a cargo da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, após uma denúncia da Associação Nacional de Mídia Afro. “Para dar vazão a pregações, seus autores e divulgadores descambam para a demonização de símbolos, ritos e liturgias de outras religiões, vinculando-as, distorcidamente, a problemas de saúde, vícios, crimes praticados, atacando frontalmente a consciência religiosa de milhões de pessoas”, disse o procurador regional dos Direitos do Cidadão, Jaime Mitropoulos, que assina a recomendação.

Acesse o PDF: [MP quer tirar do Google 17 vídeos por ofender religião \(O Globo, 27/02/2014\)](#)

---

**24/02/2014 - Escritora fala sobre feminismo, machismo, racismo e mídia a Sonia Racy**



*(O Estado de S.Paulo)* Escritora aclamada pela crítica internacional, a nigeriana pertence ao mundo cult, mas virou hit na internet depois de ter palestra ‘sampleada’ pela cantora Beyoncé. Até poucos meses, a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie era conhecida apenas por um público muito específico da literatura. Apesar de ter ganhado o Orange Prize por seu segundo romance, *Meio Sol Amarelo*, e colaborar periodicamente para a revista *The New Yorker*, a africana conquistou popularidade mundial depois de ter um trecho de sua palestra *Todas deveríamos ser feministas “sampleado”* por Beyoncé, em seu último

disco. Entretanto, quando indagada sobre a cantora, ela se nega a comentar. Mas o fato é que, hoje, o cenário é outro para Chimamanda - bem diferente de 2008, quando teve passagem discreta pela Flip, em Paraty. Depois do ‘impulso’ da cantora pop, seu último livro, *Americanah* - a ser publicado no Brasil, no segundo semestre, pela Cia das Letras - saltou da posição 861 para 179 nas vendas na Amazon.

Radicada nos EUA, a escritora é militante contra o preconceito. O tema, inclusive, foi o fio condutor de uma outra conferência, ministrada por ela em 2009, intitulada *O perigo da história única*. O vídeo, que se espalhou pela rede, ganhou espaço nos debates online sobre estereótipos e visões restritas sobre a África: “Quis falar sobre como é importante não pensar que sabemos tudo sobre um lugar ou sobre alguém, quando, na realidade, apenas sabemos um pouco”. Outro tema pelo qual Chimamanda ganhou fãs - não por meio da literatura, mas pela internet - foi o feminismo.

Quando o assunto é diferença de gênero, a escritora repete, alto e bom som, alguns dos conceitos ditos na palestra que conquistou Beyoncé: “A mensagem da mídia, hoje, é ‘como manter um homem’, ‘como encontrar um homem’. Mesmo que você seja uma super profissional ou tenha uma empresa, não está totalmente satisfeita de verdade até encontrar um homem. Essa é a mensagem. Com os homens é diferente”, afirma, defendendo um tipo de feminismo moderno: “Muitas vezes, quando falamos sobre ser feminista, as pessoas atribuem estereótipos muito negativos a essa palavra. Confundem feminismo com mulheres que odeiam os homens e acham que todas as relações entre homens e mulheres são opressoras”, afirma.

Ela vai além e também entra em questões políticas. Recentemente, declarou publicamente ser contra a lei antigay da Nigéria e, em seu livro *Americanah*, escreve sobre a eleição de Obama em 2008: “Acho ele brilhante, um dos melhores presidentes que os EUA já tiveram. Entrou no cargo com enorme quantidade



de expectativas, que não eram realistas. Então, as pessoas que se dizem decepcionadas são as que sentiram que ele era Jesus Cristo e que iria transformar água em vinho”.

A seguir, os melhores momentos da conversa.

• **Como soube que a Beyoncé usaria uma amostra de sua conferência em sua música? Ela entrou em contato com você?**

Não quero falar sobre Beyoncé.

• **Em sua palestra, que a cantora incluiu no disco novo, você fala sobre a criação de mulheres de uma maneira diferente - para que sejam mais independentes. Acredita que já estamos trilhando esse caminho?**

Gostaria que isso fosse verdade, mas não é. Em todas as partes do mundo as mulheres ainda são julgadas de forma diferente em diversos assuntos. São as mulheres que valorizam mais o casamento, não os homens. São as mulheres que ainda valorizam o compromisso, não os homens.

• **Isso é algo generalizado?**

Sim. A mensagem da mídia, hoje, é: “Como manter um homem”, “Como encontrar um homem”. E mesmo que você seja uma superprofissional ou tenha uma empresa, não está totalmente satisfeita de verdade até encontrar um homem. Essa é a mensagem. Com os homens é diferente. Então, as mulheres são criadas para achar que o casamento é muito importante. Os homens não. Isso é um problema.

• **Eu lhe retorno a pergunta que você propôs na palestra, quando diz “por que ensinamos as meninas a quererem se casar e não os homens?”**

Bem... não sei. Acho que tem um aspecto um pouco cultural e, se na história da humanidade, é história, é cultura e também é religião. Acho que a religião tem um papel importante nesse caso. Mas também acho que podemos desfazer isso. Não estou tão interessada em perguntar por que fazemos isso, mas em perguntar como podemos mudar isso.

• **Então, qual é o maior desafio para as mulheres hoje?**

Há muitos desafios. Na Nigéria, por exemplo, as mulheres se escondem nas sombras do poder. Mesmo as que têm um cargo alto fingem quando estão em público. Elas ainda têm de entrar no jogo de como a sociedade espera que elas sejam. Se saem com o marido, têm de ser justas com ele, têm de dizer coisas como “oh, estou tão feliz que meu marido me permite”. Esse tipo de coisa. Seria muito bom se

mais mulheres sentissem que não têm de se adequar a todas as expectativas culturais.

- **Sheryl Sandberg, CEO do Facebook, defende que, na medida em que mulheres conquistarem posições de poder, a tendência é a forma de trabalho (horário e método) mudar. Concorda?**

As normas no ambiente de trabalho como são hoje foram feitas por homens, sob pressupostos de que as mulheres ficavam em casa e tomavam conta das crianças. E agora que as regras dos gêneros estão mudando. Só acho que mais países precisam repensar como podemos estruturar os horários de trabalho.

- **Acredita que o termo feminismo também sofre preconceito?**

Sim. Muitas vezes, quando falamos sobre ser feminista, as pessoas atribuem estereótipos negativos. Confundem feminismo com mulheres que odeiam os homens e acham que todas as relações entre homens e mulheres são opressoras. Isso não é feminismo, realmente. É um radicalismo. Entretanto, acho que está mudando. Na década de 1970, as mulheres estavam muito mais dispostas a se rotularem como feministas. Isso mudou nos anos 90 e espero que seja melhor nos próximos dez anos, que mais mulheres e homens pensem sobre essa palavra.

- **No seu último romance, Americanah, você aborda o tema do cabelo para as mulheres como sendo uma questão não apenas estética, mas política.**

O cabelo, muitas vezes, não é apenas cabelo. Certamente, julgamos as pessoas com base na aparência. E, para as mulheres, o cabelo tem esse caráter. Veja, por exemplo, a questão da coloração. Algumas escolhem não tingir o cabelo e essa atitude é interpretada como se ela estivesse rejeitando ideais convencionais de beleza, ou talvez ela “só seja muito orgânica e goste de ioga”. Mas, para as mulheres negras, é diferente.

- **Como?**

Nós somos as únicas mulheres no mundo que gastam muito tempo e dinheiro para fazer com que o cabelo tenha uma aparência completamente diferente da original. Isso é o resultado de muitas coisas, entre elas a colonização e o imperialismo. Mas, acima de tudo, a sensação de que você não está no centro das coisas. Então, há essas jovens africanas que crescem sem olhar uma foto sequer de pessoas que se pareçam com elas. Interiorizamos ideais de que nosso cabelo é, de alguma forma, feio.

- **Não acha que isso está mudando no mundo?**

Quanto mais mantemos o cabelo natural, mais as pessoas leem todos os tipos de significados para isso. Já me disseram, por exemplo, que, por não colocar produtos químicos em meu cabelo, estou levantando

uma bandeira. Na verdade, gosto do meu cabelo do jeito que ele é. E tão convencional a ideia de que você tem de fazer alguma coisa no seu cabelo que, quando você escolhe não fazer, isso acaba se tomando uma bandeira.

• **Sua conferência O perigo da história única teve mais de 5 milhões de visualizações na internet. O que você quer dizer quando fala em “história única”?**

Falo sobre uma visão única. Quis falar sobre como é importante não pensar que sabemos tudo sobre um lugar ou sobre alguém, quando, na realidade, apenas sabemos um pouco.

• **Acredita que é possível ter uma “história única” sobre nós mesmos?**

Isso é bem interessante, na verdade. Acredito que podemos ter uma visão única sobre os outros. Em geral, as pessoas têm conhecimento sobre suas próprias complexidades.

• **Em sua palestra, você fala sobre os estereótipos que as pessoas têm da Nigéria. Qual era a sua “história única” do Brasil, antes de visitar o País?**

Ah... o futebol, não é? Eu sou nigeriana, e o futebol é quase uma religião aqui. Mesmo que você não goste, é muito provável que saiba sobre o assunto. Mas devo dizer que, na verdade, estou brincando, porque fui ao Brasil duas vezes e sei que é um país muito complexo. Acho que uma das “histórias únicas”, ou estereótipos sobre o Brasil, é a que fala sobre como a raça realmente não importa - e há essa mistura incrível de pessoas. Então, estou muito interessada em como a raça se manifesta no Brasil, porque não acredito nessa versão da história.

• **O Brasil tem uma semelhança com a Nigéria, que é o sincretismo religioso, tema que você trata no livro Hibisco Roxo. Chegou a sentir essas semelhanças quando visitou o País?**

Sim, com certeza. Lembro-me de estar dirigindo do aeroporto do Rio de Janeiro para a Flip e pensar em como o Brasil se parece com a Nigéria. Mas as estradas no Brasil são melhores (risos).

• **Você já afirmou que gosta muito de escrever sobre as emoções humanas. Como desenvolve o tema quando está diante do computador?**

Não tenho muita certeza sobre o quanto de minha escrita é inteiramente consciente. Mas, em geral, estou muito interessada nas pessoas. Gosto de observar e entender o que significa ser humano. Estou interessada nas emoções humanas, porque acho que elas guiam muito do que fazemos.

• **Em Americanah, um dos personagens acompanha as eleições de Barack Obama. Como uma**

**nigeriana que mora nos Estados Unidos, o que acha do presidente?**

Acho ele brilhante, um dos melhores presidentes que os EUA já tiveram. Ele entrou no cargo com uma enorme quantidade de expectativas, que não eram realistas. Então, as pessoas que se dizem decepcionadas são aquelas que sentiram que ele era Jesus Cristo e iria transformar água em vinho. Mas ele não é, e acho que tem feito o bastante. E também o admiro profundamente como pensador e escritor. Se você ler o primeiro livro de Obama, seu livro de memórias, A Origem dos Meus Sonhos... acho que é muito bem escrito, mas também mostra que tipo de mente e, principalmente, sua imaginação. Creio que pessoas assim deveriam estar em cargos públicos.

**• E quanto à primeira-dama?**

Adoro Michelle!

**• Quando veio ao Brasil para participar da Flip, você leu uma pequena parte de Autobiography of My Mother, da romancista Jamaica Kincaid, como seu trecho de livro favorito. Se fosse escolher agora, qual seria?**

Acho que escolheria Michael Ondaatje, porque estou lendo ele novamente. E sempre amei seu trabalho. Amo seus livros. Estou cada vez mais interessada em escrever esse tipo de coisa, acho que é muito inspirador.

**• Nessa mesma ocasião, você justificou sua escolha dizendo que era um livro poético e sensual. É ainda esse tipo de literatura que lhe interessa?**

Sou interessada em todos os tipos de literatura. Da mesma maneira que adoro ler livros poéticos e sensuais, gosto muito de uma literatura que não tenha nada disso.

**• Já tem alguma ideia para seu próximo livro?**

Tenho, sim, mas sou muito supersticiosa. Então, não vou lhe contar.

/MARILIA NEUSTEIN

Acesse o PDF: [“As mulheres são criadas para achar que o casamento é muito importante”, por Sonia Racy \(O Estado de S.Paulo, 24/02/2014\)](#)

---

# 23/02/2014 - Em debate no Congresso, cotas garantiriam 12 mil vagas para negros nos últimos 3 anos

*(R7)* Se tivesse sido aprovada pelo Congresso há três anos, a lei que pretende destinar 20% das vagas de concursos federais para negros e pardos teria reservado, no mínimo, 12 mil oportunidades para os cotistas.

O dado segue número de abertura de vagas do Ministério do Planejamento, que nestes três anos autorizou 61.667 contratações por concurso público.

Se fosse autorizada até a semana passada, seriam criadas no mínimo mais 9.400 vagas para negros e pardos conforme estimativa de LOA (Lei Orçamentária Anual) para os três poderes, Ministério Público da União e Conselho Nacional do Ministério Público, que tinha autorizado a abertura de até 47.112 vagas neste ano.

Na última quinta-feira (20), porém, a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, anunciou um corte de vagas em concursos juntamente com a redução R\$ 44 bilhões do Orçamento.

Considerando concursos autorizados pelo governo federal nos últimos três anos, é possível determinar que a lei de cotas teria garantido o ingresso de mais de 12 mil afrodescententes.

## **Polêmica**

O debate sobre as cotas em concursos federais entrou em discussão na última segunda-feira (17), quando a CDH (Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa) reuniu entidades do movimento negro e especialistas em políticas de ações afirmativas para tratar do projeto.

Especialistas e autoridades consultados pelo R7 apontam que programas de inclusão baseados em cotas raciais são positivos, mas o critério de enquadramento na reserva das vagas, que consiste na declaração do candidato que ele pertence à população contemplada pelo benefício, pode fragilizar a lei se ela for

aprovada.

— Aceitar apenas a declaração como critério é uma opção frágil porque mostra que o governo espera algo da sociedade brasileira que não é típico dela, a suposição de boa fé. Estamos cansados de saber que o “jeitinho” brasileiro muitas vezes acaba predominando, comentou o advogado especializado em concursos públicos, Sérgio Camargo.

Já a ministrada Igualdade Racial, Luiza Bairros, disse que a autodeclaração sempre foi adotada nos levantamentos de dados da população e não representa um problema para o projeto de cotas em concursos.

— O IBGE trabalha com dados declarados espontaneamente. Ações afirmativas [que são as medidas tomadas pelo governo para eliminar desigualdades historicamente acumuladas] em benefício de uma parcela da população tendem a despertar críticas. Essa visão tem surgido quando falamos das cotas para negros e pardos nos concursos. Por outro lado, os críticos não falam que o número de fraudes em seleções com regime de cotas é insignificante, afirma a ministra.

A simples declaração para o enquadramento nas cotas também é defendida por José Vicente, reitor da Universidade Zumbi dos Palmares. Ele explica que esse dispositivo tenta construir uma “política do bom censo”.

— O conceito de autodeclaração visa criar uma segurança mínima de validação do que é ser negro num País miscigenado. É impossível ter um pressuposto definitivo sobre isso no Brasil. Acho que o governo acertou ao deixar a escolha para o candidato.

O advogado especializado em concursos comenta que as cotas são justificáveis porque as populações beneficiadas com a lei foram historicamente massacradas, mas o princípio da isonomia deve constar na sua aplicação. Ele defende a inclusão de um critério financeiro, ou seja, da comprovação de que o cotista tem renda inferior à média da população branca.

Fazendo uma previsão sobre a apreciação da Lei 6738/2013, que pode determinar as cotas, a ministra finalizou dizendo que projeto de lei deve passar pelas duas Casas (Câmara e Senado) até o meio do ano. Segundo ela, o projeto ganhará força depois que os legisladores apreciarem o Marco Civil da Internet.

Acesse o PDF: [Em debate no Congresso, cotas garantiriam 12 mil vagas para negros nos últimos 3 anos \(R7 - 23/02/2014\)](#)

---

# 21/02/2014 - Discriminação racial, por Ancelmo Gois

*(O Globo)* A carioca TEC Enfermagem, uma agência de recursos humanos, ajuda pessoas físicas e jurídicas a encontrarem profissionais de enfermagem e cuidadoras de idosos.

Só que em seu formulário na internet pergunta se o interessado tem... “restrição a cor de pele”

Acesse o PDF: [Discriminação racial, por Ancelmo Gois \(O Globo - 21/02/2014\)](#)